

TEXTO REFERÊNCIA

Seminário da Educação Infantil - Os desafios da Educação Infantil em tempos de Pandemia voltado para discutir os temas que perpassam esse momento educacional, nesse contexto atual, e tem como o objetivo fortalecer a participação e organização de todas e todos para enfrentar as questões do próximo ano. Os resultados serão importantes para estabelecer um debate com toda sociedade.

A preparação para o Seminário foi constituída por cinco Plenárias Ampliadas. Durante estas plenárias várias questões foram levantadas pela categoria e com professoras/ professores e convidados;

- Carreira única na Educação e Estatuto do Servidor;
- Reforma Administrativa e outras políticas que retiram direitos;
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Matriz Curricular Alfabetização e Letramento para crianças de 4 a 8 anos - Documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte;
- Repúdio ao corte das dobras e o retorno imediato nos quadros de trabalho;
- Rede própria e as políticas de privatização e terceirização dos serviços da PBH;
- Teletrabalho;
- Educação Infantil em tempos de Pandemia;
- Gestão democrática;
- Formação docente;
- Organização das escolas em tempos de isolamento;
- Protocolos de Retorno (especificidades da Educação Infantil);
- Exclusão digital;
- Ausência de políticas de valorização docente;
- Adoecimento e assédio dos profissionais da educação;
- Indeferimento de atestados médicos;
- Problemas estruturais das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) como, por exemplo, ausência de espaços externos cobertos, pouco investimento na materialidade.
- Expansão da rede própria;
- Financiamento da Educação;
- Organização das escolas nesse momento do isolamento social;

- Concurso Público.

A construção do seminário se deu em etapas e chegamos agora na etapa final, privilegiaremos as discussões da categoria, teremos uma mesa que trará “Experiências da Educação Infantil em outras Redes Municipais” com a participação de representantes das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. O objetivo é termos uma visão da realidade educacional de outros municípios nesse momento tão incerto imposto pela Pandemia e pelas políticas ineficientes do governo federal.

A Educação Infantil é um coletivo que tem uma história de luta desde as suas remotas origens, dizer de sua linha do tempo iremos sempre falar de olhar cuidadoso e educacional. Não podemos negar os princípios da Educação Infantil – cuidar, educar e brincar – e de sua construção em busca de atendimento por toda sociedade.

Manifestar o desejo sempre presente da Educação Infantil de ser esse lugar para se cuidar e educar é o que nos faz enfrentar as dificuldades dos tempos, presente e futuro, para dizer, ou melhor, gritar aos quatro ventos para ser ouvida em todos os cantos desse município, estado, país. Para que todas e todos compreendam o cerne da Educação Infantil constituído em contextos históricos, sociais, econômicos e possam ser disseminadores desse “lugar” que a Educação Infantil ocupa diferentemente para cada um envolvido – criança, família, professoras e professores, funcionários, comunidade do seu território.

Para a criança um lugar de acolhida, de confiança, de brincar para aprender ou aprender brincando, de conhecer suas capacidades e habilidades para desenvolver seus conhecimentos de mundo e dizer que é uma cidadã dessa sociedade que sempre precisou e lutou pela Educação Infantil. Mas, precisa reconhecê-la no seu lugar de base da pirâmide educacional, o alicerce para a construção do conhecimento e, por isso, faz parte da Educação Básica estruturada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) que fomentou a importância de educação desde o nascimento da criança, sendo considerado um direito. É importante frisar a criança pertencente a uma sociedade e tendo o direito a uma educação de qualidade.

Podemos citar outras Leis como, por exemplo, a nossa Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 6º que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de

2015), afirmando como direito social e a educação como proteção à infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990 que envolve todos os direitos e deveres da criança, os cuidados para que sejam garantidos, com o envolvimento dos que cercam essa criança para que tenha o olhar de atenção e seja garantido seus direitos básicos.

A Educação Infantil sempre será um movimento, lugar, espaço de construção política para aprender e ensinar, em todos os momentos, é lutar por direitos básicos e essenciais do ser humano, citando Platão “(...) o homem é, naturalmente, um animal político” e ser esse animal político, é ser um combatente para garantir uma Educação Infantil de qualidade para as crianças e valorização para professores/as.

Breve Histórico da Luta

A construção da Educação Infantil no município de Belo Horizonte (BH) foi processual, lento, difícil, com ações das professoras e professores, para garantir uma educação de qualidade, um percurso com muitas pedras pelo caminho que precisaram ser mobilizadas com GREVES e outros movimentos. Nesse sentido, o contexto na qual se insere é dizer do sujeito criança, do cuidar e educar, do brincar, dizer das Proposições Curriculares, das “cem” linguagens, do currículo e planejamento, da organização das escolas, é dizer também do sujeito professor envolto em todos os momentos e processos da Educação Infantil.

Sujeito esse que reconhece a importância de mantermos o nosso protagonismo no cenário educacional, para isso, formulamos esse *Texto Referência* para toda sociedade, de acordo com nossas intencionalidades, entre elas de obter voz e vez, com ações articuladas para dizer do nosso fazer pedagógico e defender, em meio a Pandemia do COVID-19, o que acreditamos ser necessário enquanto política educacional para o município.

Para compreender como se deram as ações de mobilização e as disputas por melhores condições de trabalho é fundamental e pontual fazer um breve relato das conquistas históricas da Educação na Rede Municipal de Belo Horizonte, como também, os retrocessos que marcaram enormes diferenciações entre os Professores Municipais e Professores para a Educação Infantil.

Em 1991, os professores municipais conquistaram o pagamento por habilitação. Os docentes que atuavam nas turmas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental passaram a receber por habilitação, extinguindo-se a diferenciação entre P1 e P2.

Na década seguinte com a política expansão do atendimento para as crianças de 0 a 5 anos, a PBH cria as Unidades Municipais de Educação Infantil - UMEIs e quebra a carreira ao criar o cargo de Educador Infantil. Surgiu um subcategoria dentro da educação, deixando evidente nas escolas a existência de profissionais, ocupantes do cargo de educador infantil e de professor municipal, exercendo a mesma função, com atribuições e formação semelhantes e carreiras e salários diferentes. Essas diferenciações geraram muitos debates, mobilizações e greves da categoria, pois a carreira da educação conquistada tão recentemente, passaria a demarcar diferenciações profundas. As lutas por valorização, direitos iguais e reajuste salariais seriam pauta constante na educação.

Greves específicas da Educação Infantil

2005 (15 dias greve) Luta pela unificação dos calendários da escola de ensino fundamental e educação infantil. Conquistamos o calendário escolar único e o arquivamento dos processos disciplinares na Corregedoria. Calendário de reposição dos dias de greve e a devolução dos salários cortados dos/as grevistas.

2012 (45 dias de greve) Luta pela unificação da carreira. Conquistamos o reconhecimento de ser Professor para a Educação Infantil e todos as prerrogativas do professor municipal, como: aposentadoria especial, jornada semanal, calendário, recebimento integral das dobras, remuneração igual para os abonos de fixação e reunião pedagógica e o posicionamento na tabela de vencimentos do professor, como também, calendário de reposição dos dias de greve e a devolução dos salários cortados dos/as grevistas.

2018 (52 dias de greve) Foram conquistados o reposicionamento na carreira para todos os professores com formação superior, o ingresso na carreira por nível superior, curso de Pedagogia para professores com formação básica, devolução dos salários cortados dos/as grevistas, a ampliação de condições para a reposição dos dias de greve, o direito de poder subir cinco níveis na carreira após apresentação de cursos de pós graduação. Conquistado o direito a autonomia pedagógica e administrativa das UMEIs, transformando as unidades em Escolas Municipais de Educação Infantil- EMEIs e a montagem de chapas para a eleição de direções e vices.

Direitos hoje consagrados como horário de planejamento, representatividade no Conselho Municipal de Educação e no Conselho de Alimentação Escolar, eleição dos coordenadores/as pelos seus pares, eleição de diretores/as e vices diretores/as, ocupação dos espaços de debates acadêmicos, ampliação do quadro de professores/as que atendiam as turmas integrais, direito

de se alimentar na escola (almoçar e jantar na escola), autonomia pedagógica e administrativa; foram restabelecidos ao longo de muitos debates, greves e críticas a política de diferenciação criada pela própria prefeitura que mantém até hoje salários inferiores para professores graduados dentro da tabela de vencimentos.

Em síntese, a expansão da EI, conquista e consolidação de direitos da criança, pauta constante do movimento de mulheres, ficou marcado por uma política de desvalorização da professora da educação infantil. A PBH submeteu e ainda submete toda a categoria da educação ao rebaixamento salarial, com reajustes inexpressivos, a baixo dos índices da Lei do Piso Nacional, aumentando a defasagem salarial. Em 2020, fizemos uma greve que resultou na aplicação do índice da Lei do Piso apenas para os níveis iniciais da carreira. Nossa reivindicação é que seja sobre todos os níveis da carreira. A tabela abaixo demonstrará, de forma comparativa, como essa defasagem salarial rebaixou nossos ganhos reais na carreira.

Tabela salarial com a projeção da Lei do Piso (2020)

| Nível | Nosso salário (PBH) | O que deveria ser pela Lei do Piso |
|-------|---------------------|------------------------------------|
| 3 | 1.701,63 | 2.886,24 |
| 4 | 1.786,81 | 3.030,58 |
| 5 | 1.876,05 | 3.182,11 |
| 6 | 1.969,85 | 3.341,22 |
| 7 | 2.068,34 | 3.508,28 |
| 8 | 2.171,76 | 3.683,69 |
| 9 | 2.280,35 | 3.867,87 |
| 10 | 2.394,36 | 4.061,27 |
| 11 | 2.514,08 | 4.264,33 |
| 12 | 2.638,79 | 4.477,55 |
| 13 | 2.771,78 | 4.701,43 |
| 14 | 2.910,36 | 4.936,50 |
| 15 | 3.055,88 | 5.182,32 |
| 16 | 3.208,68 | 5.442,49 |
| 17 | 3.369,11 | 5.714,61 |
| 18 | 3.537,57 | 6.000,34 |
| 19 | 3.714,44 | 6.300,36 |
| 20 | 3.900,17 | 6.615,38 |
| 21 | 4.095,18 | 6.946,15 |

| | | |
|----|----------|----------|
| 22 | 4.299,93 | 7.293,45 |
| 23 | 4.514,93 | 7.658,13 |
| 24 | 4.740,68 | 8.041,03 |
| 25 | 4.977,71 | 8.443,09 |
| 26 | 5.226,60 | 8.865,24 |

Educação Infantil na Pandemia

Muitos são os desafios colocados neste momento de Pandemia e muitas incertezas, a única certeza que temos é que a vida vem em primeiro lugar. Somos sensíveis às dificuldades das famílias e das crianças e entendemos a necessidade de que o Estado ajude as famílias na construção de alternativas com o cuidado, mas a aglomeração não é uma alternativa neste momento. As aulas só podem ser retomadas com o controle da pandemia, neste tempo cabe às escolas orientar as famílias, propor atividades lúdicas e educativas possíveis respeitando as limitações sócio econômicas das famílias, compreendendo que expor as crianças à tela do computador ou do celular por tempo excessivo não faz parte de nossas compreensões pedagógicas e educativas sobre o ponto de vista mais amplo e também não atende às recomendações de saúde das crianças.

PROPOSTAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DAS DISCUSSÕES NAS PLENÁRIAS AMPLIADAS:

CARREIRA

1. Manter o foco na luta pela unificação da carreira, compreendendo esta luta como um elemento de valorização e de garantia de direitos iguais para as professoras e professores.

CONTEXTO DA PANDEMIA

2. Garantia da vida no cenário pandêmico. Fazer desse período uma oportunidade de trocas de saberes e experiências, momentos de fortalecimento de laços pessoais e sociais, de resistência criativa e da solidariedade.
3. O Sind-Rede deve elaborar um material informando sobre os limites do teletrabalho para combater os excessos de cobrança e detalhar como enfrentar os problemas interpessoais que tem gerado denúncias de assédio moral.
4. Formular uma carta as comunidades e apresentá-la em fevereiro para as comunidades, trazendo reflexões sobre o momento da Pandemia e os limites educacionais. Com as discussões sobre as taxas de transmissão do novo coronavírus se voltou a subir ou diminuiu no município. Os problemas decorrentes da política do Kalil.
5. Reforçamos que apenas o uso de máscara de proteção respiratória, prevenção, cuidados, higienização e distanciamento não são suficientes no atendimento presencial devido as especificidades da EI.
6. Reivindicar que as Comissões Escolares de Retorno às Atividades Letivas sejam paritárias.
7. Reivindicar que as reuniões das Comissões Escolares de Retorno às Atividades Letivas não presenciais e quando houver necessidade de vistorias e verificação dos espaços sejam em grupos menores com toda as a condições de segurança.
8. A PBH deve garantir igualdade de condições para o acesso e a participação das famílias e crianças nas atividades de interação das escolas ficando o governo responsável pela busca de famílias sem contato com a escola.
9. A PBH deve garantir toda assistência as crianças que possuem medidas protetivas e problemas extremos causados pela pobreza.
10. Que as novas formas de interação na educação infantil respeitem os limites colocados no uso da tela e a família receba orientações expressas pela PBH.
11. Que a PBH forneça as condições materiais, como computadores para quem necessita e acesso à internet para os/as professores/as e equipe pedagógica.
12. A PBH divulgue os levantamentos sobre as condições dos/as estudantes e suas famílias sobre o acesso à internet e equipamentos que eles/elas têm em casa. Que apresente o perfil das famílias e suas condições de acesso às mídias, e também apresente um Plano de Ação para remediar ou minimizar esses problemas.
13. Que a PBH apresente antecipadamente esclarecimentos a respeito da jornada letiva da Educação Infantil para 2021 para a categoria debater e avaliar a proposta.

14. Que as medidas tomadas para a reorganização das escolas não sejam impositivas, de maneira a forçar um retorno às aulas presenciais, sem que tenhamos condições plenas para que isso ocorra.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

15. Continuar a luta pelo retorno dos contratos de dobras canceladas durante a pandemia.

16. Lutar pela ampliação do número de cargos de professores para atender as crianças. Rever o quantitativo professor/a x número de crianças;

17. Defender o recorte etário na formação das turmas, sem a formação de turmas mistas.

18. Para combater a fragilidade da organização das escolas, exemplo do corte das/os professores/as de regência compartilhada; exigimos que sejam mudadas a nomenclatura da função regência compartilhada para regência 1, 2 e 3 nas turmas que funcionam com mais de duas professoras, caracterizando regência como o/a professor/a fixo/a que atende as turmas. Para resolver o problema das faltas das/os servidores abertura de contrato de dobras. Manter o cargo de apoio a coordenação e onde houver índices de maior adoecimento de professores à SMED enviar professor (reserva técnica).

19. Que a PBH localize e mapeie, juntamente com o sindicato, a origem dos problemas que tem gerado indeferimentos dos atestados e denúncias de assédio moral.

20. Que a PBH disponibilize mais profissionais para fazer a higienização dos espaços nas EMEIs e nas escolas onde houver turmas de educação infantil. Que esses profissionais sejam fixos uma vez que o rodízio de pessoal prejudica andamento dos trabalhos.

21. Com ou sem pandemia defendemos que tenhamos apoio fixo de auxiliar nas idas e vindas ao banheiro e seja mais uma pessoa a orientar as crianças em relação à correta lavagem das mãos e higiene pessoal.

22. Reafirmamos que o atendimento das crianças da faixa etária da educação Infantil tanto das turmas parciais ou integrais, sejam atendidos única e exclusivamente por professores/as concursados/as.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

23. Lutar para que seja garantido como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social em espaços próprios e adaptados a criança pequena. Lutar para que seja garantido como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social em espaços próprios e adaptados a criança pequena.
24. Defesa da construção de um documento construído pela Rede que traga a Arte como linguagem fundante dos processos de aprendizagem das crianças.
25. Defesa da identidade da Educação Infantil.
26. Defender que as etapas da Educação Infantil não sejam mera preparação para o processo de alfabetização.
27. Defender a Educação Infantil como um currículo vivo onde professores e crianças possam recriá-lo sem a imposição de limites pedagógicos que reprimem a atuação do/a professor/a.
28. Fazer uma campanha de conscientização da população sobre o que defendemos como concepção para a EI para combater a pressão social em torno da necessidade de intensificar e sistematizar o processo de alfabetização na Educação Infantil.
29. Combater as propostas do governo que impõem mudanças ao trabalho voltado para a linguagem escrita e oral. Ideias que buscam tornar obrigatório a alfabetização na educação infantil, que giram na tentativa de transferir problemas da alfabetização de outros níveis para a educação infantil.
30. O sindicato deve pesquisar e estudar os indicadores “do desempenho” escolar e propor debates e discussões.
31. Que o ensino ao se afirmar dentro da liberdade pedagógica garanta o desenvolvimento pleno da criança. Liberdade para ensinar e para aprender.
32. Fazer um debate com professores pesquisadores que são favoráveis e que são contra a alfabetização como está sendo proposto para a educação infantil.
33. Valorizar o próprio processo de alfabetização, considerando vários aspectos das linguagens que não estão restritos a construção da linguagem escrita.
34. Solicitar a PBH a publicação do Volume 3 Linguagens das Proposições curriculares, como também a disponibilização digital dos volumes 1, 2 e do Caderno Avaliação na Educação Infantil – Desafios da prática. Esses materiais

refletem o que a rede defende como concepção de ensino e aprendizagem para as crianças da Educação Infantil.

35. Garantir o acesso à linguagem escrita na educação infantil (0 a 5/6 anos) mesmo que não seja somente pelo processo de alfabetização.
36. A discussão sobre o direito a aprendizagem deve pontuar algumas questões: o currículo da educação infantil não deve ter gradações de conhecimentos; a grade não deve limitar o conhecimento alargado tão caro ao desenvolvimento global da criança; a formação docente também deve ser entendida como direito.
37. Defender que a categoria é capaz de refletir e reescrever o documento proposto pela SMED a partir da construção coletiva, considerando toda a trajetória da educação infantil na rede; Quais são os limites e o papel da professora da educação infantil nesse processo amplo e complexo de desenvolvimento da linguagem? Aprofundar o debate sobre o fortalecimento da categoria como construtora de conhecimento e autônoma nas suas formulações.

LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

38. Defender a EMEI como espaço de formação das crianças de 0 a 5/6 anos e o retorno dos berçários.
39. Reivindicar junto à prefeitura o mapeamento da cidade e localizar onde são mais urgentes a ampliação de vagas para as crianças. Campanha em defesa da ampliação de vagas na rede própria.
40. Luta pela municipalização das escolas conveniadas.

FORMAÇÃO

41. O Sind-Rede deve continuar com as formações (plenárias ampliadas) que trazem como tema: protocolos na educação infantil como trabalhar com as crianças superando os limites impostos pelo distanciamento social; a inclusão digital e critérios pediátricos para o acesso as tecnologias; currículo; elaboração e revisão de PPP; campanha de construção, reconstrução do PPP nas EMEIs; fazer momentos de relatos e trocas de experiências dos profissionais; etc.
42. Ampliar o debate sobre currículo da educação infantil. Que currículo nós queremos! A partir desses debates formular um documento com eixos que representem as necessidades educacionais.

- 43.Reivindicar uma política de Formação continuada promovida por Universidades/faculdades (estabelecendo reflexão sobre a prática, troca de experiências em oficinas e aulas programadas oportunizando a participação de todas).
- 44.Dialogar com a SMED para que nos Cursos de Capacitação crie a oportunidade dos próprios servidores possam ser os formadores. Tornar público a oferta de vagas e os critérios para seleção de professores/as que desejarem ser formadores.
- 45.“A formação docente como direito não é aquela construída a partir de uma racionalidade técnica, executada por técnicos que teoricamente são responsáveis por reconhecer o problema e por, a partir de uma ação simples e de uma decisão única, resolvê-los. A formação como direito pressupõe garantir a autonomia e o protagonismo do profissional de educação a partir da concepção de que o formador é um mediador nesse processo complexo de troca de saberes e construção de conhecimento.
- 46.Cursos de Especialização e capacitação voltado para os temas de interesse da categoria.
- 47.Solicitamos que a PBH construa uma formação específica voltada para as questões do acolhimento e adaptação apropriada para as crianças da Educação Infantil. As interações socioemocionais deverão ser os norteadores das práticas quando houver o possível retorno. As questões que envolvem as perdas, a construção de vínculo com a escola, os problemas que podem ter sido gerados ou agravados durante o isolamento social, serão bastante desafiadores e necessitamos um suporte tanto de formações como também de suporte caso o/a estudante necessite de auxílio especializado.

DEMOCRATIZAÇÃO

- 48.Defesa pela legitimação da atuação profissional dos professores/as nas decisões pedagógicas da Rede;
- 49.O sindicato produzir uma cartilha sobre Gestão Democrática refletindo sobre a emancipação das EMElS, eleição de diretores, participação coletiva, gestão participativa, colegiado escolar.
- 50.Por um teletrabalho efetivamente democrático e participativo.

51. Que a lógica de hierarquização da gestão seja substituída pela lógica da gestão democrática que garanta a participação coletiva, superando assim o individualismo e a tomada de decisões unilaterais.

ORGANIZAÇÃO E LUTA

52. Intensificar a campanha de valorização profissional (lei do piso, 7 horas de planejamento, carreira única, etc.)

53. Confecção de camiseta sobre as lutas da educação para 2021.

54. O sindicato deve realizar uma campanha de eleição de representantes de escola para fortalecer a participação e a representação dos grupos nas plenárias e ações do sindicato.

55. Defender a Educação infantil pública, gratuita, profissionalizada, que o PBH respeite os trabalhadores em educação como sujeitos ativos na elaboração e no fazer educacional.

56. Levar as discussões as comunidades escolares sobre a luta contra as privatizações e a urgência de ampliação do número de EMEl.

57. A luta contra a reforma administrativa, contra as terceirizações e contra a revisão do pacto federativo proposto pelo governo federal que visa quebrar a vinculação de receita para os investimentos em saúde e educação.